

O debate sobre homofobia no jornal Diário do Vale

The debate on homophobia in the Diário do Vale newspaper

¹ Rozana Aparecida Souza rozana.souza@foa.org.br

² Mariana Rocha da Silva Cruz

³ Nathan Cunha Gonçalves

⁴ Taiana Carvalho Lopes

¹ Assistente Social. Mestre em Saúde Coletiva. Professora do Curso de Serviço Social do UniFOA.

² Graduanda em Serviço Social do Curso de Serviço Social Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA).

³ Graduando em Serviço Social do Curso de Serviço Social Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA).

⁴ Assistente Social.

Resumo

A homofobia é um termo utilizado para designar uma forma de preconceito e aversão às homossexualidades, em geral, que tem se mostrado no cenário nacional com certa força política, conceitual e analítica. É fundamental o enfrentamento e desconstrução de suas práticas violentas. Na sociedade brasileira, há pouco conhecimento sobre homofobia. Nesse sentido, a mídia se constitui um importante dispositivo para a análise e compreensão da homofobia no Brasil. Este artigo é o resultado de um projeto de iniciação científica que se propôs a analisar as premissas centrais que erigem o debate sobre a homofobia e direitos humanos veiculados na mídia. Trata-se de uma pesquisa com abordagem bibliográfica. As técnicas de coletas de dados utilizadas foram a análise de documentos e o levantamento bibliográfico. O processo metodológico consistiu na seleção, classificação e análise de notícias sobre homofobia publicadas no jornal *Diário do Vale*. Foram levantadas 25 notícias, publicadas no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2017. As notícias apontam um debate marcado pela atuação do Ministério Público Federal no enfrentamento da homofobia, um inexpressivo debate sobre os casos de homofobia acontecidos na região e uma apresentação da Parada LGBT como uma atividade de lazer.

Palavras-chave: Mídia. Homofobia. Homossexualidade. População LGBT.

Abstract

Homophobia is a term used to denote a form of prejudice and aversion to homosexuality in general, which has been shown on the national scene with some political, conceptual and analytical force. The confrontation and deconstruction of their violent practices is fundamental. In Brazilian society there is little knowledge about homophobia. In this sense, the media is an important device for the analysis and understanding of homophobia in Brazil. This article is the result of a scientific initiation project that aimed to analyze the central premises that raise the debate about homophobia and human rights in the media. This research followed a bibliographical approach. The data collection techniques used were document analysis and bibliographic survey. The methodological process consisted of the selection, classification and analysis of news on homophobia published in the newspaper *Diário do Vale*. Twenty-five news items were published, from January 2015 to December 2017. The news points to a debate marked by the Federal Prosecutor's Office in the fight against homophobia, an unimpressive debate on homophobia in the region and a presentation of the LGBT Parade as a leisure activity.

Keywords: Media. Homophobia. Homosexuality. LGBT population.

Como você deve citar?

SOUZA, Rozana Aparecida et al. O debate sobre homofobia no jornal Diário do Vale. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, n. 41, p. 95-104, dezembro 2019.

1 INTRODUÇÃO

Durante a 9ª Parada do Orgulho GLBT⁵ da cidade de São Paulo, em 2005, foi realizada uma pesquisa com 937 participantes sobre os temas da violência, da discriminação e dos direitos. Segundo dados dessa pesquisa, 72,1% dos entrevistados informaram que já haviam sofrido alguma forma de discriminação em função de sua identidade, orientação e/ou prática sexual; ainda, 67,5% disseram que já tinham sofrido agressões físicas pelas mesmas razões (CARRARA *et al*, 2006). Esses números retratam um tipo de violência que tem sido cada vez mais denunciado no cenário nacional e internacional: a homofobia.

A expressão homofobia foi usada pela primeira vez em 1971, pelo psicólogo norte-americano George Weinberg (1972) em seu livro *Society and the Healthy Homosexual*. Ao longo do tempo, o termo homofobia, criado para significar medo, aversão e ódio à pessoa homossexual, passou a significar, mais modernamente, qualquer ato de discriminação contra o homossexual ou contra a homossexualidade.

Vale ressaltar que a partir do termo homofobia têm surgido outras expressões, como lesbofobia (violência contra lésbicas) ou transfobia (violência contra transexuais), cada qual com suas particularidades. Essas expressões despontam nos debates pela diversidade sexual a partir de lutas e reivindicações dos Movimentos LGBT. A expressão homofobia, por ser a mais popularizada, traz uma facilidade na comunicação do debate, sendo adotada neste estudo. Ressaltamos que a questão da sigla que representa esses movimentos é envolta de disputas e polêmicas internas. Alguns grupos utilizam a sigla LGBTI⁶, outros LGBTQ e, até mesmo, há a LGBTQIAP+. Utilizamos no artigo a sigla mais comum, LGBT, pois ela é encontrada nas matérias que analisamos para o presente artigo.

Com apontado, relatos de homofobia têm sido cada vez mais frequentes, porém ainda se faz necessário entender como essa expressão de violência funciona, quais suas dinâmicas, como se articula na cultura das instituições, como se apresenta nas regiões brasileiras e nas mídias regionais.

Para Borillo (2016), a homofobia é, ainda, um fenômeno pouco explorado no seu funcionamento, além de bem complexo, pois não se localiza num âmbito só, seja indivíduo seja sociedade. Está articulado “em torno de emoções, condutas, normas e dispositivos ideológicos e institucionais, sendo instrumento que cria e reproduz um sistema de diferenças para justificar a exclusão e a dominação de uns sobre os outros” (2016, p.11). Nesse sentido, a mídia se constitui em um importante dispositivo para análise e compreensão da homofobia no Brasil. Numa via de mão dupla, os veículos midiáticos brasileiros tanto constroem representações quanto apresentam representações sociais veiculadas na sociedade.

Representações sociais são compreendidas como práticas sociais: categorias de pensamento, de ação e de sentimento que expressam a realidade, explicam-na, justificando ou questionando. Representações podem constituir uma via de acesso a concepções, valores e relações de sentido (HERZLICH, 2005).

Para Alles e Cogo (2014, p.13), “a mídia é fundamental para a nossa experiência de mundo, pois por meio dela tal experiência é enriquecida ou empobrecida por imagens e ideias que não seriam acessíveis de outra maneira”. Segundo Citeli (2001), muitos pesquisadores e ativistas recentemente

5 Nessa época a expressão usada era Gays, Lésbicas, Trans (transexuais e travestis). Atualmente a Parada adotou a expressão LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans), seguindo uma orientação do Movimento LGBT, que teve por objetivo dar visibilidade à lesbianidade.

6 Significado de LGBTI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex. LGBTQIA+ significa Lésbicas, Gays, Bi, Trans, *Queer*/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromântiques/Agênero, Pan/Polí, e mais.

incluíram a mídia como objeto de pesquisas. Esse interesse deve-se ao reconhecimento da importância dos meios de comunicação, no que se refere à veiculação de informações e disseminação de valores.

Considerando essas questões apresentadas e a ausência de dados sobre o debate da mídia regional no Sul Fluminense acerca da homofobia, foi definido como objeto de estudo desta pesquisa o debate social sobre a homofobia no Jornal *Diário do Vale*. Esse jornal tem sede no município de Volta Redonda, apresenta edições diárias impressas e *online* e expressivo alcance. Segundo matéria publicada em setembro de 2018 (DIÁRIO DO VALE, 16/09/2018):

A ferramenta *Google Analytics* mostra que, em agosto, o site do jornal (diariodovale.com.br) teve mais de três milhões de visualizações de página, em pouco menos de 1,2 milhão de sessões (cada vez que um usuário entra no site do jornal). Em média, cada usuário visitou 2,77 páginas do site do Diário. [...] O site do jornal é, de longe, a página noticiosa mais acessada da região, como mostra pesquisa feita pelo Instituto *Mind* em abril. Quando os internautas buscam notícias regionais, 14,8% vão direto ao site do Diário do Vale.

Este estudo se propôs a analisar as premissas centrais que erigem o debate sobre a homofobia veiculado no Jornal *Diário do Vale*. Portanto, foram identificadas as características da cobertura jornalística: gênero jornalístico, fonte dos textos, destaque dado; e analisados os atores envolvidos no debate, os argumentos em jogo, os enfoques preferenciais, os conflitos políticos, as fontes comumente procuradas e os principais eventos que determinaram o aumento da cobertura jornalística sobre o tema.

Foi realizada também uma pesquisa de caráter bibliográfico (MINAYO, 2008, VÍCTORA *et al.*, 2000). A técnica de coleta de dados utilizada foi a análise de documentos e o levantamento bibliográfico. O processo metodológico desenvolvido consistiu na seleção, classificação e análise de notícias sobre homofobia publicadas no jornal *Diário do Vale* (edições *online*) no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017. O processo de busca seleção das matérias foi orientado pelo descritor "homofobia".

As matérias foram analisadas conforme as seguintes categorias: data; autor; título; seção; número de linhas; origem e fontes de informação utilizadas; gênero jornalístico; abordagem principal; características da fonte, etc.

2 QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

Antes de iniciar uma discussão sobre homofobia, é importante definir algumas categorias para que haja uma compreensão comum sobre a forma como elas serão utilizadas e o que se entende por cada uma delas.

A primeira categoria é gênero, que, segundo Carrara *et al.* (2010), é um dos princípios fundamentais para a compreensão do mundo social. Gênero na concepção das ciências sociais e humanas refere-se à construção social do sexo. Portanto sexo seria entendido como algo concebido como "natural", "biológico", e gênero seria concebido como aprendizagem sociocultural, forma como machos e fêmeas se comportam na sociedade. Assim, gênero pode ser considerado como um sistema de práticas sociais e como uma forma de organização do mundo social.

Difundido hoje em nossa cultura, o conceito de gênero surgiu no contexto do feminismo, a partir das ideias de Simone Beauvoir, que descartava as determinações naturais relativas à conduta feminina, como uma maneira de dizer que não é porque mulheres nascem com uma determinada anatomia e com a capacidade da reprodução (gerar filhos) que precisam ocupar uma posição inferior em relação aos homens.

Através do aprendizado de gênero, observamos diversas expectativas sobre as condutas que são associadas ao sexo masculino e feminino. As relações entre homens e mulheres apresentam uma hierarquia de gênero, em que ambos se dispõem de maneiras diferenciadas no mercado de trabalho, na família, na escola, em diversas instituições sociais, enfim, na sociedade. Essa hierarquia é produto de interações sociais.

Na cultura ocidental, a concepção do sexo biológico é que orienta nossa percepção de gênero. Ser homem ou mulher é o que fundamenta os papéis que ambos vão desempenhar em nossa sociedade. A reprodução assumiu, assim, um papel fundamental na diferenciação entre os sexos: a mulher o sexo frágil, do cuidado; e o homem viril, o provedor.

A segunda categoria central para esse debate é sexualidade. Conforme aponta Carrara *et al.* (2010), a sexualidade é uma construção sociocultural. Não é somente uma questão biológica, pois perpassa por todas as esferas constitutivas da construção da identidade (psicológica, social e cultural, além da biológica). Está presente na vida cotidiana, nos laudos de especialistas, na formulação de políticas públicas e até em decisões judiciais que abordam a temática família - nesse sentido a sexualidade é um assunto tanto pessoal quanto político.

As instituições sociais buscam determinar tanto o que é sexo quanto definir como ele deve ser. A partir dessas determinações, o "natural" é envolver-se com pessoas do sexo oposto. A sexualidade é, assim, concebida como a articulação de três dimensões: o sexo anatômico, a identidade de gênero e a orientação sexual. Essas dimensões distintas reforçam a naturalização da heterossexualidade.

A sexualidade é apresentada na sociedade como um marcador social, a partir do qual se constituem diferenças e desigualdades. Não existe uma natureza para determinar a sexualidade, o que existem são construções sociais de desejos, comportamentos e identidade.

Historicamente, a homossexualidade foi julgada e apresentada como patologia (sendo nomeada de homossexualismo), como uma inadaptação aos padrões de gênero. A diferença sexual (pênis/vagina), resultante da divisão binária entre os sexos, é importantíssima para o entendimento de uma identidade de gênero imutável, na qual o que não representa a "normalidade" é tido como patológico e imoral. Segundo Fry (1983), partiremos do pressuposto de que não há nenhuma verdade absoluta sobre o que é a homossexualidade e que as ideias e práticas a ela associadas são produzidas historicamente no interior de sociedades concretas, bem como são intimamente relacionadas com o todo dessas sociedades.

A homossexualidade corresponde a uma orientação sexual para práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo. A divisão entre pessoas homo, hetero e bissexuais nada mais é que uma classificação social que limita um leque de possibilidades. A trajetória afetivo-sexual, concebida como intensas mudanças em relação à orientação sexual, que é mutável ou se fixa em algum momento da vida.

Segundo Prado (2008), nessa perspectiva, a homossexualidade seria um problema ou seria questão social e política, não sendo um problema individual ou psicológico. Por esse motivo, consideram-se importantes as pesquisas que buscam compreender as ações individuais e coletivas voltadas para a superação da condição de opressão da comunidade homossexual (GÓIS, 2003).

Ser gay ou lésbica é muito mais do que transar de vez em quando com o mesmo sexo, implicando tal orientação sexual numa identidade, afirmação, estilo de vida e por que não, um projeto civilizatório alternativo, que podemos chamar de cultura homossexual. Se para alguns bissexuais ou homossexuais egodistônicos a homossexualidade restringe-se a poucos instantes de relações homoeróticas, respeitamos o direito destes indivíduos de viverem no limbo, meta-metá, no pântano da indecisão. Mas para nós, lésbicas e gays assumidos e militantes, ser homossexual é muito mais do que transar de vez em quando com bofes, michês e bofonecas mal resolvidas: somos portadores de uma orientação sexual cuja causa ainda é desconhecida pelas ciências, e que, no fundo, não nos interessa saber se manifestamos essa tendência existencial por influência genética, psicológica ou social, pois estamos contentes com nossa preferência sexual. (MOTT, 2000, p. 54).

O preconceito (percepções mentais), a discriminação (materialização do preconceito) e os estigmas (qualidade ou marca socialmente desaprovada ou desvalorizada, em que põe o indivíduo como inferior/indesejável) hierarquizam as relações sociais, gerando, muitas vezes, a denominada homofobia.

3 HOMOFOBIA

Segundo Borrillo (2016, p. 07), a homofobia é um termo utilizado para designar uma “forma de preconceito e aversão às homossexualidades em geral”, quem tem se mostrado no cenário brasileiro com certa força política, conceitual e analítica. Esse conceito carrega vários “sentidos e fenômenos que ultrapassam a sua descrição conceitual primeira”.

A homofobia se revela como “um sistema de humilhação, exclusão e violência que adquire requintes a partir de cada cultura e formas de organização das sociedades locais, já que essa forma de preconceito exige ser pensada a partir da sua interseção com outras formas de inferiorização como o racismo e o classismo, por exemplo” (BORRILLO, 2016, p. 09). O preconceito está presente não somente nos indivíduos, mas também se articula na cultura e nas instituições. Sendo assim, é fundamental o enfrentamento e desconstrução de suas práticas violentas.

Existem duas dimensões da homofobia: homofobia irracional e homofobia cognitiva. A primeira forma da homofobia está ligada com formas brutais de violência que encontram seus fundamentos exatamente na irracionalidade das reações, despertadas por sentimentos como “medo, aversão e repulsa”; ou seja, fundamentos de ordem psicológica e individual. A descrição dessa homofobia deixa claro que é abordada como uma “doença”. Ao descrever a segunda dimensão da homofobia, o autor diz que esta “pretende simplesmente perpetuar a diferença homo/hetero [...], preconizando a tolerância, a forma civilizada da clemência dos ortodoxos em relação aos heréticos”. Sendo assim, essa forma de homofobia está ligada em diversas instituições: na escola, no Estado e na Igreja (BORRILLO, 2016, p. 13).

O termo homofobia está correlacionado com a discriminação que vem através de uma ordem sexual binária e, dessa forma, alimenta o modelo familiar burguês. Nesse regime de sexualidades, o sexo biológico determina o desejo sexual e um papel social e sexual. (BORRILLO, 2016). Esse regime determina, por exemplo, a compulsoriedade do desejo sexual heterossexual e da identidade de gênero feminino para pessoas cujo sexo biológico é feminino. A homossexualidade, durante séculos, foi considerada como pecado, crime e doença. Na primeira década do século XXI, 78 nações membros da ONU criminalizam a homossexualidade, ou seja, 40% dos países participantes dessa organização. Carvalho (2012) destaca o fato da transexualidade ainda constar no Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - 5ª edição (DSM 5) como transtorno de identidade de gênero. Tanto a descriminalização quanto a despatologização das sexualidades não hegemônicas, consideradas pautas negativas no campo jurídico e psiquiátrico, são processos em curso. Dessa forma, ambos apontam para a vulnerabilidade que a ausência da proteção jurídica, ou das reivindicações na esfera do direito contra o ódio homofóbico, traz à população LGBT.

A noção de homofobia ganhou uma espessura política que nos permite visualizá-la em práticas em que antes eram naturalizadas. A difusão dos discursos sobre essa forma de discriminação e os concomitantes refino e eufemização da homofobia requerem uma reflexão mais detida sobre os limites dos instrumentos pensados até então para o combate das desigualdades entre gêneros e sexualidades.

Os conhecimentos sobre vitimização de homossexuais no Brasil estão baseados principalmente em duas fontes. A primeira é uma série de levantamentos a partir de notícias sobre violências contra homossexuais publicadas em jornais brasileiros. O arquivo de recortes de imprensa recolhido pelo Grupo Gay da Bahia gerou dossiês e livros que se tornaram importantes para registrar, denunciar e conhecer crimes violentos, especialmente assassinatos, cometidos contra homossexuais. A outra fonte está baseada nos dados gerados pelo Disque Defesa Homossexual (DDH), cuja análise dos primeiros 500 casos atendidos ampliou a percepção sobre dinâmicas mais silenciosas e cotidianas da homofobia, tais como as discriminações, as ofensas e as extorsões, como também os conflitos de natureza interativa entre parceiros (MOTT, 2002; MOTT, 2000).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O jornal *Diário do Vale*, em suas edições *online*, publicou 52 textos que apresentaram o descritor homofobia, independente da seção e do gênero jornalístico, durante o período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. Após uma análise prévia, definiu-se que seriam estudadas as matérias que se referiam ao Sul Fluminense (realidade local). Foram excluídas 21 notícias que versavam sobre o cenário nacional e/ou da capital Fluminense. Outro critério de exclusão adotado foi o gênero jornalístico: 06 textos de publicados nas colunas sociais do jornal foram excluídos, pois demandam uma análise diferenciada.

O panorama geral dos textos é o seguinte: todos os 25 textos selecionados são notícias. Em 2015, foram publicadas 06 notícias; 08, em 2016; e, em 2017, foram localizadas 11. As notícias foram publicadas nas seguintes seções: Destaque (01), Economia (01), Mosaico (02), Região (03), Lazer (03), Polícia (04), Política (05) e Cidades (06). Quanto à localização, 18 notícias apresentavam assuntos de Volta Redonda; 04, de Barra Mansa; 03 eram sobre Resende; e 01, de Angra dos Reis.

Dentre os principais eventos noticiados que provocaram a cobertura jornalística foram: Ação do Ministério Público Federal (MPF), em Volta Redonda, na instauração de inquérito civil público para apurar os casos de homofobia que ocorrem no município e acompanhar a atuação dos órgãos de segurança pública no combate a essa violência; eventos na prefeitura de Resende de combate a homofobia; julgamento de homem acusado de crime (assassinato) por motivação homofóbica; "Papo de Resposta" - projeto de prevenção ao uso de drogas e à violência entre jovens, realizado em Barra Mansa; atuação do vereador de Volta Redonda Paulo Conrado no combate a "ideologia de gênero"; Parada do Orgulho LGBT de Volta Redonda; Jornada sobre Cidadania LGBT da Prefeitura de Volta Redonda na capacitação de funcionários; agressão homofóbica a jovem no Carnaval de Barra Mansa; Feira Cultural LGBT em Volta Redonda; Mutirão em Volta Redonda para retificação civil de travestis e transexuais; Terapia de Reversão Sexual - "Cura Gay"; casamento comunitário em Angra dos Reis.

Identificamos como os principais interlocutores do debate o Ministério Público Federal (MPF), em Volta Redonda, a Organização não Governamental (Ong) *Volta Redonda sem Homofobia*, os Secretários Municipais e os Delegados de Polícia.

4.1 Discutindo os dados

A população LGBT tem enfrentado uma situação de discriminação e marginalização. Tal situação é inadmissível, tendo em vista que, segundo a Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza ou escolha, sendo assim, o ato de não tolerar as diferenças e hierarquizá-las é a matriz geradora da homofobia (EINSTEIN, 1994).

A violência letal contra homossexuais – e mais especialmente contra travestis e transgêneros – sem dúvidas, é uma das faces mais trágicas da homofobia no Brasil.

Dessa forma, certo é que a dignidade do ser humano, tão falada e defendida por doutrinadores do mundo jurídico, deve ser colocada à frente em qualquer situação. Os princípios fundamentais existem em defesa da própria dignidade, no entanto, comumente falta posicionamento do poder executivo e do legislativo para que se concretize a implementação de políticas de enfrentamento à homofobia e de garantia dos direitos da população LGBT. O preconceito, que permeia a sociedade brasileira, marca claramente o descaso do poder público, quando este precisa atender demandas dessa população.

Nesse sentido, as 25 notícias analisadas apontam um cenário interessante: 10 notícias se referem à atuação do MPF no combate à homofobia. A primeira delas, **MPF instaura inquérito civil público para apurar casos de homofobia** (16/06/2015), relata que o MPF em Volta Redonda instaurou inquérito civil público para apurar os casos de homofobia que ocorrem no município e acompanhar a atuação dos órgãos de segurança pública na identificação da motivação específica para a prática de crimes contra os homossexuais. Esse inquérito pretende acompanhar também as políticas públicas que vêm sendo adotadas pela prefeitura em favor do respeito aos homossexuais. A instauração do inquérito se deu após representação do movimento *Volta Redonda sem Homofobia*, que relatou casos de violências praticadas contra homossexuais, em relatório encaminhado ao MPF após reunião que ocorreu no órgão.

As demais notícias versam sobre desdobramentos desse inquérito, trazendo ora informações sobre o que os municípios têm construído como respostas no combate à homofobia, ora como o MPF tem conduzido acompanhamento das políticas públicas que estão (ou deveriam estar) sendo implementadas para essa população.

A notícia **MPF quer garantir ações contra homofobia em escolas do Sul Fluminense** (16/06/2016) relata que o MPF em Volta Redonda expediu recomendações diretas às prefeituras dos municípios da região Sul Fluminense para que sejam

[...] instituídos grupos de trabalho, dos quais deverão participar representantes da sociedade civil organizada, dos sindicatos de profissionais da educação e do movimento LGBT – para elaborar diretrizes que orientem os sistemas de ensino municipais na implementação de ações que garantam o respeito ao cidadão e à cidadã, e à não-discriminação por orientação sexual. [...] As ações devem contemplar as diretrizes do programa federal “Brasil sem Homofobia” e do plano de combate à homofobia como: avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia, e o estímulo à produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia.

A atuação do MPF aponta um posicionamento de enfrentamento a posições conservadoras na região. A matéria **MPF defende igualdade de gênero em escolas do Sul Fluminense** (17/11/2016) noticia a ação do MPF de levar a discussão de gênero para as escolas da região Sul Fluminense. Segundo a notícia, essa ação está embasada nas diretrizes do *Programa Brasil sem Homofobia*, e visa criar as condições para o combate à homofobia e desigualdade de gênero nas escolas. Em entrevista veiculada na matéria, o Procurador Júlio Araújo explicou as falácias da chamada ideologia de gênero, realizando uma crítica aos grupos que tanto falam desta, e ressaltou também o caráter laico do estado.

Uma notícia retrata os embates de posicionamento entre o legislativo de Volta Redonda e o MPF. A matéria de 15 de maio de 2017, **Paulo Conrado afirma que lei contra a ideologia de gênero continua em vigor**, relata que em abril desse ano, em representação do MPF, o Tribunal de Justiça julgou inconstitucional a lei municipal de Volta Redonda que proibia a chamada ideologia de gênero nas escolas do município, a Lei Municipal nº 5165/16. Essa lei é de autoria do vereador Paulo Conrado (PRTB), que afirmou que vai recorrer a instâncias superiores contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio (TJ-RJ).

O jornal *Diário do Vale*, em notícia do ano de 2016 (**Paulo Conrado pedirá informações sobre questões de gênero em livros didáticos**, 27/03/2016), traz informações sobre a atuação de vereador no enfrentamento da ideologia de gênero nas escolas. Segundo o texto, Paulo Conrado iria analisar os livros didáticos das escolas municipais para confirmar que sua lei estava sendo cumprida.

O expressivo debate sobre a atuação do MPF no enfrentamento à homofobia na região Sul Fluminense aponta para o protagonismo desse órgão, nesse campo. Segundo Mello *et al.* (2012), apesar de o Brasil apresentar um marco normativo favorável ao combate à homofobia e ter realizado uma série de eventos na primeira década do século XXI,

o grande desafio é transformar as incipientes políticas públicas, gestadas ao longo dos últimos anos, especialmente a partir de 2004, em efetivas políticas de Estado, que não estejam à mercê da boa vontade de governantes e das incertezas decorrentes da inexistência de marco legal de combate à homofobia e de promoção da cidadania LGBT (MELLO *et al.*, 2012, p.289).

Outro assunto que se destaca na cobertura jornalística estudada é a Parada LGBT de Volta Redonda. Tido como uma expressão do Movimento LGBT, as Paradas são um espaço de luta e resistência. Entretanto, a cobertura desse evento no jornal *Diário do Vale* reduz a Parada a uma atividade de lazer. As notícias sobre a Parada LGBT de Volta Redonda foram publicadas na seção Lazer e os textos das notícias apresentam uma discussão pautada na ideia do entretenimento.

Por fim, destaca-se que somente 03 notícias dentre as 25 analisadas trataram de casos de homofobia: duas sobre o julgamento de um assassinato que teve por motivação a homofobia, uma sobre agressão homofóbica a um jovem no carnaval de Barra Mansa. Apesar de a atuação do MPF na região ser motivada por um relatório da Ong *Volta Redonda sem Homofobia*, que denunciou uma série de casos de homofobia, essas situações de homofobia não ganharam destaque nas edições do jornal analisado.

Segundo Ouverney-King e Batista Filha (2015), há um receio da mídia em revelar não somente a orientação sexual das vítimas de crimes hediondos, mas também a natureza do crime, como sendo homofóbica.

Tal fato pode resultar em um mecanismo de reprodução de um discurso veladamente homofóbico originado dos veículos midiáticos, no tocante à forma como a sociedade enxerga as diferentes realizações em relações de gênero e eventos a elas relacionados. Nesse sentido, o discurso midiático elabora "realidades" que são percebidas pela sociedade como autênticas e acabam por, na verdade, alienar a sociedade, já que os fatos não são veiculados em seu tecido original e reproduzem pseudo realidades midiáticas. Observamos uma estereotipagem dos papéis de gênero representados nas identidades sociais dos sujeitos homossexuais (CAMERON, 1998) e uma naturalização da violência homofóbica como consequência natural em decorrência da opção da vítima, que acaba por ser criminalizada no discurso midiático [...] (OUVERNEY-KING E BATISTA FILHA, 2015, p.118).

A cobertura jornalística no período analisado aponta para um debate incipiente sobre a homofobia na região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação dos movimentos LGBT no Brasil colocam a homofobia na ordem do dia. Graças a essa luta, que, em 2018, completou 40 anos, a sociedade passa a discutir sobre a discriminação, opressão e violência que atingem a comunidade LGBT cotidianamente no país. Atualmente, os pedidos de criminalização da homofobia entraram na pauta para julgamento no Supremo Tribunal Federal. Entretanto, já houve o adiamento da pauta para fevereiro de 2019 (SILVA, 2018). Matéria recente do G1, que buscou saber a opinião sobre diversos assuntos dos novos congressistas eleitos em 2018, no Brasil, apontou que 52% dos deputados federais eleitos são a favor da criminalização da homofobia (G1, 2018). Isso mostra que a discussão acerca da homofobia, veiculada principalmente pela mídia, já ultrapassa a sociedade civil, chegando ao Judiciário e Legislativo.

Quando olhamos para a região Sul Fluminense, vemos que esse cenário está presente. O epicentro das discussões é a cidade de Volta Redonda, onde o Ministério Público e a Ong *Volta Redonda sem Homofobia* se mostraram como defensores dos direitos das pessoas LGBT. Em Volta Redonda e Barra Mansa, surgiram também movimentos, partindo das Casas Legislativas, de proibir a denominada "ideologia de gênero". Esses movimentos evidenciam o conservadorismo que há na região, marcando as pautas dos movimentos e ativistas LGBT como formas de "corromper as crianças", mostrando assim o quanto a visão das homossexualidades como doença ou perversão permanece atual.

REFERÊNCIAS

- ALLES, N. L.; COGO, D. Sou feliz sendo prostituta: incidência de discursos governamentais e midiáticos sobre prostituição. **Esferas**. Ano 2, nº3, jul/dez, 2013, p.1120.
- BORILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- CARRARA, S. et al. (orgs). **Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade**. 5v. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, 2010.
- CARRARA, S. et al.. **Política, direitos, violência e homossexualidade...** Pesquisa realizada na 9ª parada do orgulho GLBT – São Paulo 2005. Rio de Janeiro: Cepesc, 2006
- CARVALHO, S.. Sobre a Criminalização da Homofobia: perspectivas desde a criminologia *queer*. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 99, p. 197. 2012.
- CITELI, M. T. Saúde reprodutiva: mídia, ciência e humanidades. In: OLIVEIRA, M. C. e ROCHA, M. I. B. (Orgs.). **Saúde reprodutiva na esfera pública e política na América Latina**. Campinas, SP: Editora da Unicamp/NEPO, 2001. p. 237-262.
- DIÁRIO DO VALE**. Diário do Vale amplia liderança na internet e redes sociais. Disponível em: <https://diariodovale.com.br/regiao/diario-do-vale-amplia-lideranca-na-internet-e-redes-sociais/>. Acesso em: 16 set. 2018.
- EINSTEIN, A. **Escritos da Maturidade**. 3ª reimpressão, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1994.
- FRY, P. **Para inglês ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p.87-115.

GÓIS, J. Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 11, n. 1, jan/jun. 2003.

G1. Mais da metade dos deputados federais é a favor de criminalizar a homofobia. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/27/mais-da-metade-dos-deputados-federais-e-a-favor-de-criminalizar-a-homofobia.ghtml>. Acesso em: 27 nov. 2018.

HERZLICH C. A problemática da representação social e sua utilidade no campo da doença. In: *PHYSIS, Revista de Saúde Coletiva*. RJ, 15 (suplemento), 2005. p. 57-70.

MELLO, L; AVELAR, R. B.; MAROJA, D.. Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 27, n. 2, maio/ago, p. 289-312, 2012.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Hucitec Abrasco, 2008.

MOTT, L. **Homossexualidade**: mitos e verdades. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002.

MOTT, L. **Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2000.

OUVERNEY-KING, J. R. e BATISTA FILHA, M. J. T.. Mídia e Homofobia: Uma Análise do Discurso do Mediascape Paraibano. **Gênero e Direito**. Universidade Federal da Paraíba, nº 03, 2015, p.116-140. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/index>. Acesso em: 05 out. 2018.

RIOS, R. R. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: RIOS, R. R. (Org.). **Em defesa dos direitos sexuais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SILVA, F. M. Adiamento de ADO de criminalização da homofobia mostra omissão do STF. **Revista Carta Capital**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/adiamento-de-ado-de-criminalizacao-de-homofobia-mostra-omissao-do-stf/>. Acesso em: 14 out. 2018.

VÍCTORA, C. et al. **Pesquisa qualitativa em saúde**: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

WEINBERG, Georgee. **Society and the healthy homosexual**. New York: St Martin's Press, 1972.